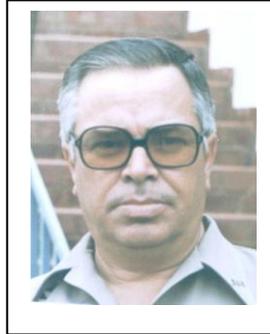


INFLUÊNCIAS NA DOUTRINA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL



Cel CLÁUDIO MOREIRA BENTO

Historiador Militar e Jornalista, Presidente e Fundador da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) e da Academia Canguçuense de História (ACANDHIS) e sócio benemérito do Instituto de História e Geografia Militar e História Militar do Brasil (IGHMB) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e correspondente das Academias de História de Portugal, Espanha, Argentina e equivalentes do Uruguai e Paraguai e integrou a Comissão de História do Exército do Estado-Maior do Exército 1971/1974. Presidente emérito fundador das academias Resendense e Itatiaense de História e sócio dos Institutos Históricos de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e de Sorocaba etc. Foi o 3º vice-presidente do Instituto de Estudos Vale—paraibanos IEV no seu 13º Encontro em Resende e Itatiaia e que coordenou o Simpósio sobre a Presença Militar no Vale do Paraíba, cujas comunicações reuniu em volumes dos quais existe exemplar no acervo da FAHIMTB doado a Academia Militar das Agulhas Negras. É Acadêmico e Presidente Emérito fundador das Academias Resende e Itatiaense de História, sendo que da última é Presidente emérito vitalício e também Presidente de Honra. Cursou a ECEME 1967/1969, junto com o Cel Walter Albano Fressati bem como integraram o EME, II Exército 1976/1977. E foi instrutor de História Militar na AMAN 1978-1980, onde integrou comissões a propósito dos centenários de morte do General Osório Marques do Herval e do Duque de Caxias. Comandou o 4º Batalhão de Engenharia de Combate em 1981-1982; E correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e instalou em Sorocaba, sob a presidência do Professor Adilson César a AHIMTB-SP Gen Bertoldo Klínger federada a FAHIMTB, e instituiu como patronos de cadeira na FAHIMTB os seguintes ícones da PMSP Generais Miguel Pereira e Marcondes Salgado e Cel Pedro Dias Campos. Delegacia na PMSP presidida pelo hoje acadêmico patrono de cadeira especial Cel PMSP E dilberto de Oliveira Mello. O autor inaugurou em 1977, na Academia Braileira de História a cadeira nº 12 Gen Div Augusto Tasso Frago.

Artigo do autor na Revista A DEFESA NACIONAL, colocado na Internet em Livros e Plaquetas no site da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil www.ahimtb.org.br e cópia impressa no acervo da FAHIMTB doado em Boletim Especial nº 002 de 17 nov 2014 á AMAN e integrado ao programa Pergamum de bibliotecas do Exército .

ISSN 0011-7641



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO LXXXVII - Nº 789
JAN/FEV/MAR/ABR 2001

BENTO, Cláudio Moreira. Influências na Doutrina Militar Terrestre do Brasil. *A Defesa Nacional*, nº 789, Jan/Abr 2001 p. 143.

BIOÉTICA E A APRESENTAÇÃO DA ESPÉCIE RACIONAL

Waldicir Rosa da Silva

GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA: O QUE SÃO E PARA QUE SERVEM

Raul François Martins

ATUALIDADE DA GUERRA PERNAMBUCANA

J. F. Maya Pedrosa



Criação do Ministério da Aeronáutica



INFLUÊNCIAS NA DOCTRINA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL

*Cláudio Moreira Bento**

O **Exército Colonial**, até a união das **Coroas de Portugal e Espanha (1580-1640)** possuía sua doutrina emanada de Portugal. Durante a **União das Coroas** recebeu influência da **doutrina espanhola**, caracterizada pelo **terço**, as **bandeiras** e os **troços**, nomes dados aos equivalentes, hoje, **regimento, companhia e pelotão**. O comandante do terço, atual regimento, era chamado **mestre-de-campo**, que equival a **coronel**.

Essa **doutrina militar**, ao tempo das **guerras holandesas**, estava em decadência na Europa e os luso-brasileiros, desenvolveram uma **doutrina militar genuína** chamada na Europa, por especialistas, de **GUERRA BRASÍLICA**. Ela aligeirou os terços e deu liberdade de iniciativa a cada combatente, que tinha como **arma de choque a espada ou o chuço**, por falta de arma de fogo e munição correspondente, em razão, do **bloqueio naval do Brasil**.

Traduziu a diferença de doutrinas, a **Brasílica e a holandesa**, a mágoa de um oficial holandês revelada ao Major Antônio Dias Cardoso¹, ao final da **1ª Batalha dos Guararapes**, durante uma troca de prisioneiros:

Oficial holandês: - *Da próxima vez seremos nós que venceremos, pois combateremos dispersos como vocês combateram!*

Dias Cardoso: - *Melhor para nós, pois para cada soldado de vocês disperso, necessitarão de um capitão ao lado deles, enquanto que cada soldado nosso é um capitão!*²

Com a rendição dos holandeses, na **Campina da Taborda, (1654)**, a doutrina luso-brasileira passaria a **ter influência inglesa, direta ou indireta**, através das **Ordenanças, do Exército de Portugal**. Ela perdeu mesmo após a Independência, no todo ou com adaptações (1654-1910). Em **Canudos**, ela fracassou, e a criatividade dos quadros do Exército encontrou soluções originais, como a transformação de uma **companhia de Infantaria em esquadrão de Cavalaria, como tropa de reconhecimento que passou a prevenir emboscadas e, ao mesmo tempo, como instrumento de suprimento, ao recolher, na caatinga, animais que pudessem alimentar a tropa, até a chegada do Ministro da Guerra, Marechal Bittencourt, que solucionou o apoio logístico. Enfim, soluções genuínas não constantes das Ordenanças de Portugal foram adotadas então**.

Como influência inglesa marcante tivemos o **corpo de doutrina baixado pelo Conde de Lippe**, o qual enviou, para o Brasil seu delegado, Tenente-General Henrique Bonh, que organizou o **Exército Colonial do Brasil, fortificou o Rio de Janeiro** e terminou por liderar o **Exército do Sul**, na expulsão definitiva dos espanhóis que ocupavam o Rio Grande do Sul, havia 13 anos, ao reconquistar a **Vila de Rio Grande (1º de abril de 1776.)**³

Existem, em coleções de obras raras, alguns exemplares da **Doutrina do Conde de Lippe**.

Com a vinda da Família Real para o Brasil, foi implantada na tropa a **Doutrina Militar do Marechal Carr Beresford**, um inglês a serviço de Portugal.

Mas, na **Academia Real Militar**, D. João VI introduziu fortíssima influência francesa nos ensinamentos fundamental e profissional. Neste último, era muito usada a obra do Conde Cessac, um **expert** no assunto do **Exército da França**.⁴

Em 1861, o Duque de Caxias, Ministro da Guerra, com base em sua vitoriosa experiência operacional em quatro campanhas pacificadoras, na guerra externa contra Oribe e Rosas (1851-52) e na experiência de cerca de oito anos no comando da atual

Polícia Militar do Rio de Janeiro, adaptou as Ordenanças de Portugal para as armas às realidades que vivenciara, com a ressalva de **até que se disponha de uma tática (Doutrina) genuinamente nossa.**

Com isso ele se tornou pioneiro a favor da nacionalização progressiva da **Doutrina Militar Terrestre Brasileira** conforme temos repetido, e, como focalizou pioneiramente, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECMEE), em 1958, o Coronel Amerino Raposo Filho, em **Caxias e o Problema Militar Brasileiro.** (Rio, SGeEx, 1969. p. 56-63 - esgotado).

Essa Doutrina baixada por Caxias foi a que presidiu o emprego do **Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai (1865-70)**, usada por ele como Comandante-em-Chefe das forças brasileiras e aliadas (1866-68).

Antes, Caxias, como Ministro da Guerra, em 1855, aproveitando a estrutura operacional que imprimiu ao Exército em operações na Guerra de 1851-52, introduziu no Ministério da Guerra, duas estruturas, uma operacional e outra logística: a operacional sob a égide do **Ajudante-General do Exército**, que passou a ser efetivamente o comandante do Exército e que, em 1899, foi substituído pelo **Estado-Maior do Exército**; a logística, sob a égide do **Quartel-Mestre-General** e que se ramificava por toda a organização de paz e de guerra.

O **Ajudante-General** foi substituído pelo **Estado-Maior do Exército**, esse órgão de influência doutrinária prussiana sugerida pelo então Capitão Augusto Tasso Fragoso, que viria a chefiá-lo na década de 1920.

Depois da Guerra do Paraguai, houve um grande declínio doutrinário, por cerca de trinta anos (1874-1905). O Exército foi dominado pelo **bacharelismo militar**, com outras preocupações que não o desenvolvimento da **Doutrina do Exército como força operacional.** A Doutrina estava a cargo da **Congregação de Professores da Escola Militar da Praia Vermelha**, que não a implementaram efetivamente.

Certa feita, o Coronel Conrado Bittencourt, heróico comandante do Batalhão de Engenheiros aquartelado na Praia Vermelha, encaminhou um importante regulamento militar francês solicitando à Congregação que o traduzisse para ser lido pela tropa. Veio a resposta: **Não é necessário pois nós o lemos no original!**

Nesse período, raros oficiais brasileiros **tarimbeiros** valiam-se da obra (traduzida) do General Favé: **Curso de Arte Militar** (Rio de Janeiro. Tipografia Militar 1892.)

Essa involução doutrinária refletiu-se nos conflitos internos no início da República: **Guerra Civil, Revolta na Armada (1892-95)** e **Canudos (1897)**. Neste último apareceu a citada e complexa **Ordenança de Portugal**, que recebeu o nome de **Regulamento Moreira César**, em razão de a Comissão encarregada de sua feitura haver homenageado o coronel morto em Canudos, colocando o seu retrato ilustrando-lhe a capa. Era ele incompatível com as realidades dos pampas sulinos e das caatingas nordestinas, a não ser na defesa de localidades como foi o caso de Bagé e Lapa, sitiada por federalistas em 1893-94.

Ainda em **Canudos**, para enfrentar as mesmas realidades operacionais e logísticas, foi que o Coronel Carlos Telles, comandante do **31º Batalhão de Infantaria**, de Bagé, teve a inspiração de improvisar um **Esquadrão de Cavalaria** com o qual preveniu futuras emboscadas e recolheu cabeças de gado esparsas na caatinga para alimentar a tropa. O problema logístico só seria, porém, solucionado com a **Cadeia de Apoio Logístico** que o Ministro da Guerra, Marechal Bittencourt, estabeleceu na Bahia, em apoio as forças operando contra Canudos. Foi o que lhe valeu a consagração, como **patrono da Intendência do Exército.**

De 1910-20 o Exército sofreu grande influência prussiana. O Marechal Hermes da Fonseca, como Ministro da Guerra, enviou oficiais para estágio no **Exército Alemão.** De retorno fundaram, em 1913, a revista **A Defesa Nacional**, que passou a difundir a **Doutrina Alemã**, a qual ganhou grande impulso pelas mãos da **Missão Indígena**, da Escola Militar do Realengo (1919-21), integrada por muitos dos oficiais com curso na Alemanha ou a eles ligados.

Em 1918, quase ao final da guerra, o Brasil enviou à França 24 oficiais que integraram a **Comissão de Estudos e Operações e de Aquisição de Material Bélico (1918-19)**. A finalidade era absorver, inclusive combatendo nos exércitos aliados, ensinamentos da **Doutrina Militar Terrestre da França** e adquirir material bélico para implantá-lo no Brasil, no Exército e na sua Aviação.

E eles trouxeram valiosos subsídios e idéias, como o Tenente-Coronel José Fernandes Leite de Castro, e os tenentes José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque e Cristóvão de Castro Barcellos, que tiveram grande projeção nos destinos do Exército depois da Revolução de 1930.

Estudou a vida do Marechal José Pessoa, o chefe de maior projeção dessa Comissão, idealizador da AMAN e introdutor dos blindados em nosso Exército, o Coronel Hiram Freitas Câmara em **Marechal José Pessoa, a força de um ideal**. (Rio, BIBLIX, 1986.)

Era adido militar na França o **Major Alfredo Malan d'Angrone** quando foi encarregado de contratar a **Missão Militar Francesa (MMF)**, para o nosso Exército, a primeira chefiada pelo General Gamelin.

Essa Missão Militar chegou ao Brasil, em 1920 e, por cerca de 19 anos, até 1939 :ela exerceu grande influência doutrinária no ensino do: Exército. Em 1939, ela foi substituída por: uma **Missão Militar dos Estados Unidos**;

No Arquivo Histórico do Exército iniciamos, em 1985, um projeto denominado **História da Doutrina do Exército Brasileiro**, reunindo regulamentos que de longa data vêm presidindo o emprego do Exército Brasileiro.

Eis, pois em largos traços as influências doutrinárias recebidas pelo nosso Exército.

Para nossa satisfação, a partir de 1999 cadetes do 3º ano da AMAN está: realizando pesquisas sobre a evolução das doutrinas das armas e serviços ce 1890 a 1960. É um promissor começo Li alguns trabalhos que achei de excelente qualidade e objetividade, tudo o; partindo do conceito pragmático de doutrina militar como sendo **as maneiras e modos pelos quais uma força militar é organizada, equipada, instruída, motivada (para a instrução e para o combate) e empregada**.

Sinto, porém, necessidade de um aprofundamento maior na **História Militar Terrestre na Amazônia**, pouco conhecida, pesquisada e, sobretudo, não interpretada quanto às lições táticas, estratégicas e logísticas que sugere, a serviço da segurança da Amazônia, hoje com mais ameaças potenciais que no passado. Penso impor-se um esforço para levantar-se a História Militar dessa área, come foi feito nos últimos cerca de 77 anos sobre a História Militar Terrestre do Brasil no sul e no oeste.



Nosso livro em 2003 sobre a **História Militar Terrestre da Amazônia 1616-2003** .E indica pesquisas realizadas por alunos da ECEME sobre a Amazônia e, disponível para ser baixado em Livros no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br, criado e administrado pelo CMG Carlos Norberto Stumpf Bento, filho do autor e o projetista da capa do livro, cuja reedição esta prevista para 2017, com o patrocínio pela FHE POUPEX